



GT 29. Diálogos nas fronteiras: a Educação e a Escola como objetos de investigação na Antropologia.

Coordenador(es):

Sandra de Fátima Pereira Tosta (UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto)

Gilmar Rocha (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Anderson Tibau (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Tânia Dauster Magalhães e Silva (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Os debates entre Antropologia e Educação vem sendo realizados desde os anos de 1990 em fóruns científicos no Brasil e no exterior, tendo como referências pesquisas que apresentam as várias possibilidades e desafios da produção científica em perspectiva interdisciplinar e comparada. Uma proposição é clara na delimitação destes debates, qual seja, a de entender o fenômeno da educação não apenas em termos escolares, mas como um processo que remete às aprendizagens nas culturas. Eventos tais como IUAES, RBA, RAM, ALA, têm acolhido estes debates por meio de gts, mesas redondas, simpósios etc. Num rápido balanço das abordagens contempladas nestes eventos e nas publicações que circulam no meio acadêmico, destacam-se: usos da etnografia na pesquisa educacional, o ensino da antropologia para não antropólogos, escola, diferença e diversidade cultural, educação indígena e as pedagogias diferenciadas. Contudo, uma dimensão ainda pouco explorada diz respeito à seguinte problematização: quando antropólogos elegem como tema de investigação questões relacionadas à educação, de que modos isto se configura? Uso de metodologias do tipo estudo de caso, história de vida etc, além da etnografia, e, teoricamente, quais os autores que deram suporte ou dialogaram com o campo? Assim, este GT objetiva reunir antropólogos do Brasil e do exterior que pesquisam fenômenos educacionais a fim de promover uma ampla exposição e debate visando o aprofundamento da compreensão destes diálogos interdisciplinares.

Etnografia de uma lei: o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena

Autoria: Tamires Cristina dos Santos (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes educacionais nacionais para os conteúdos dos currículos da rede de ensino das escolas públicas e privadas do território brasileiro, foi alterada pela Lei nº 10.639/2003, e posteriormente pela Lei nº 11.645/2008, estabelecendo respectivamente a obrigatoriedade do estudo e do ensino da História e da Cultura, Afro-Brasileira, Africana, e dos Povos Indígenas para a Educação Básica. Essa pesquisa etnográfica procurou estabelecer um diálogo entre os diferentes agentes que, de forma direta ou indireta, fizeram parte do processo que configurou a Lei nº 11.645/2008. A partir do work de campo realizado na SECADI/MEC junto aos seus Técnicos em Assuntos Educacionais e Consultores, dos documentos coletados no Ministério da Educação, e das conversas com Lideranças Indígenas, procurou-se apreender os diferentes discursos que são mobilizados no entorno da lei.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: